teve de remeter o leitor a todos os textos modificadores das leis que sofreram alteração.

E', portanto, uma obra de consulta permanente e obrigatória, para o uso de autoridades, estabelecimentos de ensino, professôres e alunos, pesquisadores e estudiosos em geral da educação nacional.

Tendo nascido o seu interêsse pelas leis, como confessa na **Introdução**, da displicente observação do que elas possuiam aparentemente apenas de anedótico e episódico, a autora chegou entretanto a alcançar o riquíssimo campo de investigação que as mesmas representam, o que aliás foi um passo para que, com singular pertinácia, as remetesse a um trabalho quase desalentador, do qual êstes volumes são o primeiro mas, temos certeza, não o único resultado.

Alinhavando algumas anotações que titula como **Introdução** do seu trabalho, demora-se a autora em transcrever opiniões de diferentes historiadores para justificar a importância da carta régia do príncipe D. João, abrindo os portos do Brasil às nações amigas, na qual vê a "nossa primeira lei". A maneira com que foi feita essa justificação e, afinal, ela própria, não se casam com os propósitos e o próprio título principal que deu ao conjunto de índices reunidos, a não ser que a autora procurasse mostrar, o que não faz, a importância direta ou indireta da referida Carta Régia para a Educação Brasileira, expressão que confina e define os objetivos do código ora dado ao público.

Restaria, ainda, como sugestão, a autora considerar a possibilidade embora com muito maior trabalho, tanto pelas proporções que a pesquisa assumirá como pela dispersão enorme das fontes, tentar como complementação necessária para a compreensão do processo educacional brasileiro, a reunião metódica e sistemática dos textos de leis que as autoridades metropolitanas e coloniais promulgaram nos séculos XVI, XVII e XVIII, e que jazem espalhados pelos acervos dos arquivos portuguêses e brasileiros, repousando nos mais diversos tipos de miscelâneas, que eram como se chamavam as reuniões, mais ou menos arbitrárias, de textos de leis, além naturalmente das corporificações mais racionais que estão nas **Ordenações do Reino** e nas chamadas **Leis Extravagantes**, etc. E' claro que, no caso da reunião dessas normas vigentes no período colonial, o que será realmente válido, é conseguir os próprios textos, dada a dispersão das fontes e a dificuldade do seu acesso.

JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA.

*

* *

Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguêsa, n.º 23, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Lisboa, 1963.

Quando, em 1952, promoveu-se o estudo da organização de uma Filmoteca Ultramarina Portuguêsa, a autoridade que o determinou já se inspirara nos melhores propósitos, isto é, proceder à filmagem

da documentação de interêsses para a expansão portuguêsa no mundo, para ser reunida em Lisboa, atendendo assim, entre inumeráveis objetivos, dois que, a nosso ver, dão àquela instituição um crédito inigualável perante os pesquisadores de todo o mundo: 1. preservar da destruição e dos azares humanos um acervo precioso, que pelos mais variados motivos podia acabar por perder-se nos locais onde era conservado; 2. colocá-lo ao alcance de maior número de estudiosos, que graças aos modernos recursos dos microfilmes e microfichas poderão ter acesso a documentos, mapas e obras raras, que antes disso possìvelmente jazeriam como pasto exclusivo de traças e cupins.

Prova irresponsável do que estamos afirmando é o fato de ter mandado a Filmoteca microfilmar os **Livros das Monções**, códices existentes no Arquivo Histórico do Estado da Índia (Goa), que, como se sabe, caiu em 1961 em poder do govêrno hindu, ocasionando com isso, naturalmente, maior e às vêzes até insuperável dificuldade para o historiador português ter ingresso à sua leitura.

Nestes 12 anos de existência a Filmoteca, desde a sua criação superiormente dirigida pelo historiador professor Antônio da Silva Rêgo, realizou um trabalho inestimável, espelhado da maneira mais expressiva nestes vinte e três números de seu excelente Boletim.

O alcance de seu exemplo e significação, principalmente para um país como o Brasil, onde os documentos são ainda objeto de crônico descaso, quando não até de imperdoável vandalismo, sòmente o pesquisador poderá aquilatar com justeza, dentro das exigências e dos recursos de que dispõe a ciência em nossos dias.

A equipe volante de leitores-paleógrafos que a Filmoteca mantém trabalhando permanentemente, deslocando-se para diferentes partes do globo, onde submetem a critério seletivo a documentação que mais interessa à história de Portugal, microfilmando-a a seguir, para ser recolhida a Lisboa, é uma das grandes responsáveis pelos recheios com que se vai enriquecendo a historiografia lusitana.

Mas, não fica aí o extraordinário cometimento da Filmoteca, pois o seu Boletim encarregar-se-á ainda da publicação dos inventários da documentação recolhida, enumerando seus títulos **(incipits)**, dando nos verbetes um extrato de conteúdo do manuscrito, como muitas vêzes oferecendo a sua própria transcrição **in totum**, além do que. num trabalho complementar tem também a referida publicação insertos em suas páginas catálogos de manuscritos de grande interêsse para os historiadores portuguêses e estranhos a Portugal, quais sejam o da Biblioteca da Sociedade de Geografia, o da Academia das Ciências e o da Livraria do Convento de Nossa Senhora de Jesus, todos de Lisboa.

Realmente, mais não é possível pedir ao professor Silva Rêgo e à sua excelente equipe de auxiliares.

O resultado, di-lo a coleção do Boletim, é o de ter sido possível reunir no Palácio Burnay, em Lisboa, onde está sediada a Filmoteca, um acervo de documentos de incalculável valor, proveniente de arquivos, cuja enumeração damos em seguida permitindo as-

sim ao leitor ter uma idéia do alcance do trabalho da Filmoteca, bem como também atender à informação dos pesquisadores brasileiros sôbre os recursos daquela entidade, que é também a razão desta resenha tornar-se um pouco mais longa. Isto porque os trabalhos do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos e de sua Filmoteca são, pràticamente, desconhecidos entre nós, e estamos empenhados em sua maior divulgação, certos de com isso prestarmos um serviço aos nossos colegas brasileiros. São os seguintes os arquivos que forneceram documentos microfilmados e reunidos pela Filmoteca em Lisboa: Arquivo Histórico do Estado da Índia (antigo Cartório Geral de Goa), Biblioteca Nacional de Madrí, Biblioteca Medicea Laurenziana (Florença), Biblioteca Apostólica do Vaticano, Arquivo Secreto do Vaticano, Museu Britânico (Coleção Egerton), Biblioteca Casanatense, Arquivo General de Simancas (Espanha), Arquivo da Misericórdia de Goa (Índia), Arquivo da Sagrada Congregação de Propaganda Fide (Roma), Biblioteca da Universidade de Londres, Biblioteca Nacional Central Vitor Manuel, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Biblioteca da Academia de História (Madrí), Arquivo Real de Haia (Holanda), Biblioteca do Escurial (Espanha), Biblioteca Nacional de Paris, Arquivo de Macau (atualmente em Madrí) e Arquivo do Leal Senado da Câmara de Macau, sem falarmos dos arquivos espalhados por Portugal (oficiais e particulares), cujos acervos estão também, em grande parte, sendo microfilmados pela Filmoteca Ultramarina. Por sua vez, tem a Filmoteca através de seu Diretor em visitas pessoais, como também em contactos diversos, diligenciado para obter a microfilmagem dos documentos de interêsse que se acham nos arquivos alemães, no Arquivo Municipal de Antuérpia, nos Arquivos de Louvaina, etc.

E' claro que para a efetivação de um programa tão ambicioso como êsse, tem contribuído de maneira modelar a compreensão do govêrno português, como também o oferecimento de instituições como essa extraordinária Fundação Calouste Gulbenkian, que não têm negado auxílios substanciais à obra meritória da Filmoteca.

Restaria ao Brasil promover um intercâmbio mais estreito e efetivo com um organismo tão eficiente como é a Filmoteca. Em 1955, por ocasião da inauguração do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, o saudoso Jaime Cortesão transmitira pessoalmente a disposição da Biblioteca Nacional do Rio em prestar-se a êsse intercâmbio, tendo mesmo naquela oportunidade dado um primeiro passo nesse sentido, que seria retomado em 1958, por ocasião da visita que fêz ao Centro a senhora Chefe da Seção de Microfilmes da Nossa Biblioteca Nacional. Entretanto, não sabemos como estão atualmente essas relações. Nesse sentido, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro está altamente credenciada para a prossecução de um trabalho, que será de inapreciável valia para o historiador brasileiro. E' ela, entre nós, também um magnífico exemplo de trabalhos de recuperação, conservação e publicação de documentos, bastando citar aqui as séries de **Documentos Históricos** ou a valiosa coleção dos seus **Anais**, para comprovarmos nossa assertiva.

Mas, a verdade é que para concretizarmos algo bastante amplo nesse sentido, teríamos que criar uma Filmoteca que realmente **funcionasse** como a portuguêsa, para inclusive atender antes de mais nada as imensas tarefas que a esperariam no próprio território nacional, onde a grande maioria dos arquivos não possui recursos para tanto, enquanto que os organismos que as Universidades costumam manter para essas finalidades entre outras, nem sempre chegam para atender às próprias Universidades.

Quase que arriscaríamos até uma sugestão nesse sentido. Não o faremos entretanto, pois pretendemos demorar-nos mais no seu estudo, para que uma vez lançados à emprêsa, esta não fique apenas registando o acontecimento de sua inauguração...

Quanto ao trabalho da Filmoteca Ultramarina, hoje mundialmente reconhecido, sem que vá qualquer exagêro nessa afirmação, a melhor recompensa para os que nela mourejam, será sem dúvida o conjunto de pesquisas e estudos que já está sendo facultado a todos que se debruçam sôbre suas preciosas coleções, dando em conseqüência um enriquecimento singular da biblioteca de interêsse lusitano.

Também para o Brasil essa documentação reunida em Lisboa tem especial interêsse. Poderá parecer, à primeira vista, que manuscritos provindos do Oriente remoto não guardem qualquer implicação histórica com o nosso país. Entretanto, será suficiente lembrarmos que nos séculos XVI, XVII e XVIII o intercâmbio do ultramar português não era apenas feito com a sua metrópole, mas também e principalmente havia intenso intercurso intercolonial, no qual o Brasil colocava-se como estrêla de primeira grandeza, inclusive em relação aos afastados mercados orientais. Verificamos, assim, por êsses vários fundos hoje concentrados na capital portuguêsa, como os documentos de interêsse para a nossa história também se acham espalhados pelo mundo.

O Boletim número 23, que afinal devia ter sido o objeto principal desta resenha, continua a publicação dos verbetes contendo os títulos e ligeiro resumo do conteúdo dos preciosos manuscritos microfilmados em Simancas, além de trazer também inventário semelhante, que continua a publicação dos **Livros das Monções** 23-A e 23-B.

JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA

*

* *

DAUTRY (Jean). — **1848 et la IIe République.** 2a. edição, revista e corrigida. Com mapas e ilustrações. 338 págs. Éditions Sociales, Paris, 1957.

Reedição da **Histoire de la Revolution de 1848 en France** (edições **Hier et Aujourd'hui**, 1948, Comité du Centenaire), o trabalho do prof. Dautry ressurgiu em 1957 com algumas modificações, vindo